

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

1 Considerando a impossibilidade de realização de reuniões presenciais como medida de
2 enfrentamento à pandemia de COVID-19, às 14h00min do dia 11 do mês de junho de 2021,
3 reuniram-se em ambiente virtual os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental
4 (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente e
5 Sustentabilidade do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE) – Parque Estadual Dois irmãos (PEDI),
6 Exército Brasileiro - Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti – CIMNC, Agência Estadual de
7 Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), Prefeitura Municipal de Paudalho,
8 Prefeitura da Cidade do Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Federal
9 de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Associação dos Fornecedores de Cana de
10 Pernambuco (AFCP), Federação das Indústrias de Pernambuco (FIEPE), Fórum Socioambiental de
11 Aldeia (FSaA) e Associação Águas do Nordeste (ANE), além de representantes da comunidade para
12 debaterem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior; b) Relato do GT Arco**
13 **Viário e encaminhamentos relacionados; c) Relato do GT Restauração e encaminhamentos**
14 **relacionados; d) Apresentação sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe; e e)**
15 **Informes gerais.** Na função de gestora da APA e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão
16 dando boas-vindas a todos e agradecendo a presença e pela compreensão pela necessidade da
17 reunião virtual considerando a situação de pandemia. Em seguida entramos no primeiro ponto da
18 pauta: **a) Aprovação da ata da reunião anterior**, realizada em 11 de março de 2021, que se deu após
19 apreciação do texto pelos conselheiros presentes, por unanimidade. A seguir, passamos ao ponto: **b)**
20 **Relato do GT Arco Viário e encaminhamentos relacionados.** Desde março, o GT continuou seus
21 trabalhos na articulação de atores e levantamento de informações para basear a necessidade de
22 estudo de alternativas locais que passem por fora da APA Aldeia-Beberibe, bem como auxiliar o
23 FSaA na construção de documento solicitando a impugnação do edital diante dos vícios de origem
24 apontados, diante da impossibilidade de submeter o documento à apreciação da Plenária deste
25 Conselho em tempo hábil diante dos prazos regimentais e do edital. A impugnação foi formalizada
26 pelo FSaA e o processo de licitação foi suspenso por alguns dias, sendo em seguida retomado pela
27 ADDiper, que desconsiderou os termos nela apresentados e continuou com a avaliação das
28 propostas apresentadas, que resultou na aprovação da proposta do Consórcio JBR/Future no valor de
29 aproximadamente R\$ 3,8 milhões, ainda pendente de contratação. Passei então a palavra ao
30 conselheiro Herbert, do FSaA, para realizar o relato dos últimos acontecimentos relacionados ao
31 processo, ocasião em que ele explanou sobre as reuniões e debates realizados no período com os
32 diversos segmentos representantes da sociedade, como ALEPE, OAB, Arquidiocese de Olinda e
33 Recife, Universidades, Conselhos de Classe etc., além de contatos com o Ministério Público Estadual
34 (MPPE) das Promotorias de Camaragibe, São Lourenço da Mata e Abreu e Lima, e o Tribunal de

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

35 Contas do Estado de Pernambuco (TCE). Após a fala do conselheiro Herbert, comentei que tivemos
36 também uma reunião no dia 18 de maio do GT Arco Viário com os gestores da CPRH, SEMAS e
37 SEINFRA, na qual colocamos nossas preocupações e argumentos relacionados ao empreendimento.
38 Informei ainda que estamos recebendo apoio da Rede Brasileira de Ecologia de Transportes (REET),
39 iniciativa de pesquisadores de impactos socioambientais dos modais de transporte, que deverão
40 emitir posicionamento formal sobre o caso. O conselheiro Herbert solicitou permissão para
41 demonstrar nos mapas as especificações do edital da ADDiper para o Arco Viário dentro do contexto
42 do território, deixando claro que há um direcionamento para o traçado no edital, além do próprio
43 traçado proposto, e não há espaço para alternativas que passem por fora da APA no que está posto
44 no processo licitatório, que deve ser respeitado por força da lei, demonstrando ainda a abrangência
45 das possíveis áreas de influência do empreendimento. A conselheira Marina, da SEMAS/PEDI,
46 informou que um empreendimento desse porte e num contexto de Unidade de Conservação, deve
47 ter áreas de influência muito grandes, sobretudo para o meio biótico/fauna, o que deve ser
48 destacado. A conselheira Luciane, da FIEPE, levantou a possibilidade das alternativas técnicas de
49 engenharia (túneis e elevados) serem mais caros do que um aumento na extensão do traçado do
50 empreendimento, e que devemos considerar isso como argumento também. Finalizando sua
51 exposição, o conselheiro Herbert questiona de que forma o Conselho Gestor pode atuar para
52 garantir a proteção da APA diante dessa ameaça. Informei que realizamos vistoria técnica na região
53 junto com a Agência CONDEPE/FIDEM para levantamento de potenciais alternativas locais
54 menos impactantes, e passei a palavra à conselheira Silvana, representante da Agência, que
55 comentou sobre o empenho da equipe daquele órgão em pensar nessas alternativas, inclusive
56 estimando custos envolvidos, levando os resultados à diretoria. A conselheira Edneida, da ANE,
57 parabenizou as iniciativas do Conselho Gestor e do Fórum Socioambiental de Aldeia, e sugeriu que
58 elaboremos um documento destacando todas as preocupações relacionadas aos impactos
59 socioambientais do empreendimento e solicitando informações sobre o abstrato “plano de
60 desenvolvimento territorial”, diante do contexto de fragilidade ambiental do território em que se
61 propõe os traçados; chamou atenção ainda para o Projeto de Lei 984/2019, que pretende criar a
62 categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e instituir a Estrada-Parque
63 Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu, que tramita no Congresso e se configura grande
64 ameaça à conservação de áreas protegidas. Sugeriu ainda que as instituições do Conselho usem
65 outros espaços de representação, como comitê de bacias, conselhos de meio ambiente e recursos
66 hídricos, fóruns municipais etc., para levar a discussão da obra e seus potenciais impactos. A
67 conselheira Ana Carolina, da UFRPE, compartilhou a informação que recebeu de que a empresa que
68 venceu a licitação já estaria fazendo visitas de campo na área da Usina São José, mas que a princípio

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

69 descartaram a alternativa que passaria na Mata de Pitanga, pela presença de Mata Atlântica
70 conservada, e da duplicação da PE-41, pelo relevo ondulado e presença cursos d'água. Destacou a
71 necessidade de participarmos de perto de todo o processo, e não apenas recebermos as informações
72 por terceiros, para que possamos atuar de acordo com o que se espera de um Conselho Gestor de
73 Unidade de Conservação. Lembrei, então, que desde que soubemos do processo licitatório, em
74 outubro de 2020, nos colocamos à disposição para participar de todo o processo, mas a ADDiper
75 respondeu apenas que "oportunamente seríamos consultados". O conselheiro Anselmo, da IFPE,
76 sugeriu que o GT Arco Viário consolide as informações em um documento formal e apresente ao
77 Conselho, de modo que possamos propor encaminhamentos concretos aos órgãos que tem
78 conduzido o processo licitatório e à empresa porventura contratada, encaminhamento que foi
79 acatado pela Plenária. Finalizando esse ponto, passamos ao ponto **c) Relato do GT Restauração e**
80 **encaminhamentos relacionados.** Lembrei que a princípio o GT está sobrestado por conta das
81 representações no GT Arco Viário, mas que cada uma das instituições que o compõem está
82 trabalhando no sentido de viabilizar processos e projetos que visem a restauração florestal na APA
83 Aldeia-Beberibe. Nesse sentido, informei que a SEMAS está elaborando um edital de restauração
84 florestal que contemplará o território da APA Aldeia-Beberibe, do qual tenho participado fornecendo
85 informações e realizando algumas articulações, bem como indicando áreas potenciais para que
86 ocorram, a exemplo das Áreas de Preservação Permanente (APP) da Barragem de Botafogo que
87 dependem de solução para questão fundiária/obrigações em relação à COMPESA e Usina São José.
88 No entanto, a SEMAS optou por dar andamento ao edital ainda que tal questão não esteja
89 solucionada, visando não perder a oportunidade de utilização de recursos em prol da UC. Além disso,
90 a SEMAS também está intermediando um possível projeto de uma entidade privada internacional
91 chamada Instituto Éden, que busca áreas para execução de reflorestamentos envolvendo-se em todo
92 o processo produtivo para ampliar oportunidades sociais. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE,
93 questionou se estamos prevendo a utilização do viveiro-escola instalado no PEDI, considerando que é
94 importante o envolvimento daquela estrutura em ações de maior escala, que o equipamento teria
95 condições de atender, aproveitando o investimento realizado. Destacou a necessidade de se ter uma
96 avaliação técnica criteriosa das propostas apresentadas, considerando que por vezes os projetos
97 preveem a utilização de alta diversidade nos momentos iniciais do plantio, quando já se sabe que o
98 mais efetivo para recobrimento das áreas é a utilização de um número relativamente baixo de
99 espécies, entre 15 e 20, e específicos para as situações ambientais apresentadas, como APP por
100 exemplo, que tem uma composição florística bem específica, a utilização de apenas 5 espécies
101 inicialmente já é suficiente. Questionou ainda se o edital será apreciado pelo Conselho Gestor.
102 Informei que sempre levo a necessidade de utilização do viveiro-escola para as reuniões que

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

103 participo sobre o tema, embora exista certa resistência para a utilização diante do equipamento
104 diante da possível concessão ao BNDES, de forma que ainda não exista nada de concreto nesse
105 sentido. Além disso, o PEDI não tem conseguido manter o viveiro diante da falta de recursos,
106 inclusive humanos. A conselheira Marina, do PEDI, reforçou essas dificuldades, o que se precarizou
107 ainda mais com a pandemia. O conselheiro Herbert, do FSaA, sugeriu que o Conselho convoque uma
108 reunião extraordinária com a CPRH, SEMAS, COMPESA e Usina São José para que busquemos
109 solucionar o imbróglio sobre as obrigações da recomposição da APP de Botafogo. Sugeriu ainda, que
110 diante da participação do Conselho em todo o processo de criação dos corredores ecológicos, que
111 também possamos participar enquanto fórum gestor da UC da construção do edital, incluindo
112 também a administração do viveiro-escola no período de vigência dos projetos, lembrando que este
113 fórum tem responsabilidade sobre a gestão do equipamento, concebido no âmbito deste Conselho.
114 Esclareci que temos uma dificuldade em estabelecer áreas delimitadas para restauração florestal
115 dentro do edital considerando se tratar de áreas privadas, onde os projetos são passíveis de
116 concordância dos proprietários, o que poderia limitar muito a prospecção de áreas potenciais pelos
117 proponentes, mas que a ideia seria limitar às áreas que estejam no corredor ecológico da APA e em
118 Área de Proteção de Mananciais. A conselheira Edneida, da ANE, reforçou as preocupações postas
119 por Herbert e a importância de se vincular o projeto à promoção de oportunidades sociais para a
120 comunidade que já ocupa o território. O conselheiro Herbert questionou se a CPRH já tem algum
121 levantamento baseado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades que têm áreas com
122 passivo ambiental ao qual respondi que a SEMAS e a CPRH ainda não estão realizando a análise dos
123 cadastros realizados, como alguns Estados já estão fazendo, o que é prejudicado ainda mais pelo fato
124 da maioria dos proprietários terem informado apenas os limites de suas propriedades e não
125 relacionando áreas com remanescentes, de vegetação nativa, APP ou Reservas Legais no cadastro. A
126 conselheira Ana Carolina, da UFRPE, comentou sobre os valores altos envolvidos com os projetos
127 governamentais, destacando que precisamos ser o mais precisos possível para otimizar a utilização
128 desses recursos, minimizando possíveis imprevistos com os proprietários das áreas ou técnicos na
129 execução dos projetos. Sugeriu, ainda, o acompanhamento da academia para geração de dados
130 científicos relacionados à geração de protocolos locais de restauração florestal. Comentei que
131 concordo com todas as preocupações postas e tenho levado às reuniões que tenho participado com
132 a SEMAS. O conselheiro Herbert, do FSaA, voltou a pontuar que a área prioritária para restauração é
133 a Barragem de Botafogo, e que o Conselho precisa pressionar para que seja possível a sua
134 recomposição, bem como apreciação do edital antes de sua divulgação. Dessa forma, a Plenária
135 aprovou o encaminhamento de realizarmos reunião extraordinária com SEMAS envolvendo a
136 COMPESA e a Usina São José para tratar do assunto. A seguir, passamos ao item **d) Apresentação**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

137 **sobre a revisão do Plano de Manejo da APA Aldeia-Beberibe.** Informei que a SEMAS contratou o
138 ITEP para a elaboração e revisão de 47 planos de manejo de UC, entre outros produtos, e que a APA
139 Aldeia-Beberibe foi contemplada, já que seu plano de manejo é de 2012, aprovado em 2013. No
140 entanto, o processo de contratação não foi acompanhado de perto pelas equipes gestoras das UC, de
141 modo que temos entendido ser necessária algumas adequações ao Termo de Referência e Plano de
142 Trabalho apresentado pela empresa executora, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de
143 dados primários. Dessa forma, informei que compartilharei com os conselheiros os documentos para
144 apreciação e eventuais contribuições. Por outro lado, destaquei que já podemos ir nos organizando
145 dentro do Conselho para que esse trabalho possa ser realizado adequadamente de acordo com as
146 necessidades de atualização do seu plano de manejo. Destaquei também que, embora inicialmente a
147 APA Aldeia-Beberibe fosse contemplada apenas no segundo ano do projeto, há possibilidade de
148 adiantamento dos trabalhos do grupo Aldeia, que conta com a APA Aldeia-Beberibe e o RVS Mata de
149 Miritiba, para o segundo semestre desse ano. Informei que havia acordado com a Sra. Maíra Braga,
150 que participará do projeto por parte do ITEP, para apresentar o projeto no Conselho nesta reunião
151 ordinária, porém diante do adiamento desta do dia 09 para hoje, dia 11, não foi possível
152 compatibilizar a agenda, de modo que ela já se disponibilizou a participar numa nova oportunidade,
153 assim como os gestores da SEMAS que vem conduzindo a contratação. O conselheiro Herbert
154 questionou se, diante da contratação já formalizada, há possibilidade de alteração do plano de
155 trabalho. Respondi que o TR é tão aberto em determinados pontos que existe possibilidade sim de
156 especificações diante da necessidade da UC, considerando que o plano de manejo é o principal
157 documento de orientação de ações para promover a conservação de recursos e valores nesses
158 territórios. Destaquei ainda que o TR propõe planos de manejo mais objetivos e genéricos,
159 diferentemente do que é o atual plano de manejo da APA Aldeia-Beberibe, de modo que surge
160 preocupação sobre o aprofundamento das atualizações necessárias. A conselheira Edneida, da ANE,
161 questionou por que as equipes gestoras das UC não foram envolvidas no processo de contratação, a
162 qual respondi que na verdade, no início do processo nos pronunciamos mas os apontamentos não
163 foram considerados e mesmo assim o processo seguiu sem nosso conhecimento. A conselheira Ana
164 Carolina, da UFRPE, refletiu que temos bastante informações secundárias para a APA Aldeia-
165 Beberibe, sobretudo para plantas e aves, sendo necessário agregar novos dados, e com base nessas
166 informações trabalhar nos programas de gestão, o que pode se tornar mais efetivo, além de trazer
167 destaque para o levantamento do que ameaça a biodiversidade nesses territórios. Comentei que isso
168 faz muito sentido, mas temos grupos que não tem uma representação adequada no plano de manejo
169 da APA, como mamíferos e répteis, que precisa ser melhorado, de fato. A conselheira Silvana, da
170 Agência CONDEPE/FIDEM, sugeriu que a revisão do plano de manejo preveja diretrizes de ocupação

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2021 DO CONSELHO GESTOR DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA ALDEIA-BEBERIBE**

171 de uso solo, destacando os usos incentivados e tolerados. Deliberamos então pela realização de
172 reunião extraordinária para tratar do tema antes da próxima reunião ordinária, em setembro.
173 Passamos então ao último item: **d) Informes Gerais**, comentei sobre a questão dos licenciamentos na
174 APA Aldeia-Beberibe que não tem passado pela gestão da UC, que têm sido um transtorno. No
175 entanto, no último caso que soube, de um loteamento no km 13 da PE-27 que já possui Licença de
176 Instalação, apresentada na ocasião da fiscalização, consegui subsidiar a diretoria da CPRH de modo
177 que tomaram a decisão de suspender a licença concedida até a adequação da documentação
178 apresentada e pronunciamento da APA e Diretoria de Recursos Florestais e Biodiversidade, já que o
179 projeto prevê a supressão de vegetação em área do corredor ecológico da APA Aldeia-Beberibe.
180 Informei a Licença Prévia da Usina Termelétrica (UTE) Pau-Ferro II perdeu a validade, mas o
181 empreendedor solicitou a prorrogação na data limite, para a qual não houve nenhum
182 pronunciamento da Agência até o momento. Em relação a esse assunto, me desculpei por não ter
183 conseguido formalizar os encaminhamentos oficiais ao MPPE, à SEMAS e à CPRH cobrando
184 posicionamentos em relação à Manifestação do Conselho Gestor sobre o licenciamento ambiental da
185 UTE, mas que já incluí a elaboração desses documentos na pauta de urgências, que devo estar
186 providenciando nos próximos dias. Comentei que tenho levado a gravidade dessa situação aos
187 gestores da Agência e da SEMAS sempre que possível, e a direção da CPRH já deliberou pela
188 elaboração de uma instrução normativa interna para orientar o pronunciamento obrigatório da
189 gestão das UC quando empreendimentos em licenciamento na Agência puderem causar impactos
190 diretos ou indiretos à Unidades, considerando que tem sido uma situação recorrente não apenas na
191 APA Aldeia-Beberibe. A conselheira Silvana, da Agência CONDEPE/FIDEM informou que foi enviado
192 ofício à CPRH pedindo esclarecimentos em relação a empreendimentos que estão sendo licenciados
193 sem a anuência daquele órgão. O conselheiro Herbert, do FSaA, reforçou que precisamos nos
194 envolver mais na questão dos licenciamentos, sobretudo no território da APA Aldeia-Beberibe, e
195 adiantou que a entidade deve solicitar o levantamento de todos os empreendimentos que foram
196 licenciados nos últimos 10 anos. A Sra. Ana Paula, servidora da CPRH, comentou que muitos
197 empreendimentos que deveriam ter estudos ambientais (EIA/RIMA, RAS, RAP) analisados pelo
198 Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental (NAIA), estão sendo licenciados pela CPRH sem a devida
199 análise técnica de viabilidade ambiental, fragilizando o processo de gestão ambiental sobretudo nas
200 áreas protegidas. Nada mais havendo a tratar, às 17h15min declarei encerrada a reunião ordinária
201 do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata
202 Vieira de Lima, Presidente do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada
203 pelos conselheiros presentes na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 11 de junho de 2021.